

SAÚDE MENTAL DAS MULHERES: Territórios como Espaços Produtores de Vida e de Cuidado

Fernanda Maciel Ferreira
Marilene Maia

Resumo

As inspirações deste trabalho iniciam nas vivências da Residência Multiprofissional em Saúde Mental nas ocupações urbanas no município de São Leopoldo. O objetivo foi analisar e potencializar as experiências e os processos produtores de cuidado em saúde mental das mulheres, nas comunidades de ocupações urbanas em vista do seu conhecimento e incidência nas políticas de saúde e saúde mental no município. A metodologia desta pesquisa é qualitativa, exploratória e narrativa. O método do grupo focal foi utilizado para comunicação, interação e reflexão. Nos encontros, emergiram dimensões da produção de cuidado em saúde mental coletiva, a partir da vida das mulheres, das redes de serviços, das redes de apoio e a celebração da vida em comunidade. Como resultados, pode-se apontar que os espaços grupais são formas de manter o cuidado em saúde mental das mulheres, pois estimulam o vínculo, o diálogo e a convivialidade. Concluímos que foram indicadas possibilidades para o trabalho da Assistente Social e profissionais da saúde neste território, bem como, das políticas públicas de garantia efetiva de direitos sociais desta comunidade. Evidenciamos que o coletivo de mulheres resiste aos impactos da vida em sociedade principalmente no que diz respeito aos recortes de gênero, raça e classe.

Palavras-chave: território; comunidade; convivência; mulheres; saúde mental.

Abstract

The inspirations of this work begin in the experiences of the Multidisciplinary Residency in Mental Health in urban occupations in the municipality of São Leopoldo. The objective was to analyze and enhance the experiences and processes that produce women's mental health care in urban occupation communities in view of their knowledge and impact on health and mental health policies in the municipality. The methodology of this research is qualitative, exploratory and narrative. The focus group method was used for communication, interaction and reflection. In the meetings, dimensions of the production of care in collective mental health emerged, based on the lives of women, service networks, support networks and the celebration of community life. As a result, it can be pointed out that group spaces are ways of maintaining women's mental health care, as they stimulate bonding, dialogue and conviviality. We conclude that possibilities were indicated for the work of Social Workers and health professionals in this territory, as well as public policies for the effective guarantee of social rights in this community. We showed that the collective of women resists the impacts of life in society, especially with regard to gender, race and class.

Keywords: territory; community; coexistence; women; mental health.

¹ Mestranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em



Formação e ação no Campo de Públicas:
identidade, diversidade e tecnopolítica
da democracia republicana

Saúde Comunitária e Saúde Mental. Assistente Social. E-mail: fernanda.mf36@gmail.com

² Professora orientadora do artigo. Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social. E-mail:
menimaia@terra.com.br

1 DE ONDE PARTIMOS?

Este trabalho contém as reflexões sobre vivências da autora em comunidades de ocupações urbanas nos mais diversificados territórios de vida, especialmente o das mulheres. A Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) possibilitou minha inserção profissional em ensino-serviço e auxiliou a repensar a prática como Assistente Social.

A escolha desta temática ocorreu por meio da convivência com grupos de mulheres, pela sensibilidade e acolhida destes grupos em meio às fragilidades e potencialidades dos cuidados em saúde e, em especial, em saúde mental. As mulheres costumam buscar apoio umas das outras nos grupos que se constituem nas comunidades. Isto ocorre principalmente em função de poderem superar ou enfrentar as situações vividas em suas relações com o trabalho informal, com os companheiros, com os filhos, com as violências cotidianas, com os cuidados com a casa e com a vida em sociedade. Estas situações ganham relevância pela condição de serem mulheres moradoras de ocupações urbanas e sua união enquanto coletivo é o espaço para superarem as adversidades vivenciadas no seu cotidiano.

Um dos cenários de prática do primeiro ano como residente foi o contato com as ocupações urbanas, apresentadas pela Rede Solidária São Léo. Esta Rede se constituiu na pandemia com a participação das comunidades moradoras de ocupações urbanas sem regularização fundiária. Algumas das organizações que compõem esta Rede são: UNISINOS, Movimento Nacional da Luta pela Moradia (MNLM), Comunidade Missionárias do Cristo Ressuscitado (CMCR). Além disso, pessoas e organizações comprometidas com a proteção social e a solidariedade também fazem parte.

A Rede Solidária São Léo tem características diferentes dos demais campos da Residência, que são, em sua totalidade, equipamentos governamentais das políticas de Saúde - Atenção Básica (AB), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Gestão da Saúde Mental; da Política de Assistência Social - Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); e da Política de Educação - Núcleo Interdisciplinar de Saúde na Escola (NISE). Esta Rede é uma organização informal da sociedade civil em rede que existe desde março de 2020 com o início da pandemia.

As realidades cotidianas vividas pelos trabalhos realizados na Rede apresentaram outros sentidos aos processos de formação e serviço oportunizados pela Residência, e, conseqüentemente, novas interrogações e interesses de pesquisa. Em função disto, nasce o interesse de investigação sobre o tema: *Processos de cuidado em saúde mental das mulheres moradoras das comunidades de ocupações urbanas*. Assim, o problema desta

pesquisa foi a seguinte questão: Como se dão os processos produtores de cuidado em saúde mental das mulheres que vivem em comunidades de ocupações urbanas de São Leopoldo no estado do Rio Grande do Sul (RS)?

O objetivo geral deste trabalho, portanto, foi: analisar e potencializar as experiências e os processos produtores de cuidado em saúde mental das mulheres, nas comunidades de ocupações urbanas em vista do seu conhecimento e incidência nas políticas de saúde e saúde mental no município. E os objetivos específicos: visibilizar as experiências de cuidado em saúde mental coletivo construídos pelas mulheres e suas expressões no território e no município; e, contribuir para a consolidação das experiências de cuidado em saúde mental e a sua interlocução com as políticas, programas e serviços de saúde.

Este artigo está apresentado em capítulos, inicializado pela introdução, seguido do detalhamento metodológico da investigação, descobertas, resultados e considerações finais.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia proposta para esta investigação foi um estudo com abordagem qualitativa, exploratória e narrativa. Este tipo de estudo procura esclarecer ou entender decisões, motivações e vivências de determinada realidade (YIN, 2005). É exploratória na medida em que procura apresentar uma sequência de eventos e/ou reflexões de determinada realidade ao longo de um tempo (TOLEDO; SHIAISHI, 2009).

A pesquisa qualitativa exploratória, segundo Minayo (2002), volta seu olhar para questões da realidade que não podem ser quantificáveis e trabalha com valores, crenças, atitudes. É um espaço que reflete relações processos que não podem ser reduzidos a variáveis quantificáveis.

A pesquisa narrativa parte do pressuposto de reunir histórias sobre determinado assunto, procurando conhecer a história dos indivíduos. Ela coleta histórias que podem ser obtidas a partir de entrevistas, diários, grupo focal, notas de campo, dentre outros (PAIVA, 2008).

Segundo Gil (2022, p. 51),

Trata-se de uma das mais antigas modalidades de pesquisa qualitativa. Refere-se a estudos baseados em relatos escritos ou falados, ou em representações visuais dos indivíduos. Em sua forma mais comum, consiste em reunir histórias sobre determinado assunto com o propósito de conhecer um fenômeno específico. Constitui, portanto, uma modalidade de pesquisa em que a própria história dos indivíduos é o objeto de estudo.

As pesquisas narrativas relatam histórias, geralmente obtidas mediante entrevistas, e beneficiam-se também com a obtenção de dados por outros meios, tais como observações nos locais relatados, análise de fotografias, cartas e outros documentos, bem como o depoimento de pessoas com quem o entrevistado tenha convivido (GIL, 2022). Quando falamos de narrativa, esta constitui-se a partir da imbricação de três componentes (STEPHENS, 1992) que estão descritos a seguir.

1. História – abrange as personagens envolvidas em determinados acontecimentos, num espaço e tempo determinados e possibilita uma primeira interpretação do que é contado;
2. Discurso – forma específica como qualquer história é apresentada;
3. Significação – uma interpretação de segundo nível que o ouvinte/leitor/espectador obtém a partir do inter-relacionamento da história e do respectivo discurso.

Clandinin e Connelly (2015) estabelecem uma diferença entre narrativa e história. O fenômeno constitui a história, enquanto a metodologia que a investiga e a descreve se concretiza numa narrativa. Deste modo para estes autores, a narrativa é o estudo das diferentes maneiras como os seres humanos experienciam o mundo.

Na condição de residente do primeiro ano vinculei-me às ocupações Steigleder e Justo, a partir da observação e convivência com sistematizações por meio do diário de campo com os grupos de mulheres destas ocupações urbanas no município de São Leopoldo. No segundo ano de residência, em 2022, a minha inserção foi programada em dias e horários fora do contexto do campo, visto minha continuidade como militante e defensora das causas da Rede Solidária São Léo especialmente na ocupação Justo.

Foi organizado um cronograma de inserções da Tenda do Encontro, que é um galpão construído em meio aos trinta e dois hectares localizado na ocupação Justo nos meses de agosto e setembro de 2022 para realização de quatro encontros com as mulheres, utilizando a técnica de grupo focal. O contato com as entrevistadas foi realizado por meio de conversa coletiva com todas, visto que a pesquisadora já possuía contato com cada uma das mulheres, pois ia todos os sábados na Tenda do Encontro contribuir com as atividades propostas pela comunidade. As mulheres participantes da investigação integram os grupos da horta, da produção de bolachas e dos almoços da Tenda e residem na comunidade da ocupação Justo, localizada na região sul de São Leopoldo.

Assim, as ações com o grupo de mulheres da ocupação Justo de São Leopoldo foram realizadas por meio de quatro encontros, definindo-se as datas com as mulheres e utilizando dinâmicas como roda de conversa. A partir destas experiências e reflexões, os

resultados foram sistematizados. Os relatos desta experiência foram reunidos no diário de campo da pesquisadora.

O projeto foi encaminhado ao Núcleo Municipal de Educação em Saúde Coletiva (NUMESC) do município de São Leopoldo e ao Comitê de Ética da UNISINOS, sendo aprovado sob o parecer nº 5.619.164.

Esta pesquisa foi realizada a partir da fundamentação teórica baseada na perspectiva crítica dialética, consubstanciada em Marx (2015), desvelando assim, a totalidade que constitui a realidade.

A seguir segue a descrição dos encontros realizados:

- a) 1º Encontro - **Mulheres e suas representações**. O primeiro encontro do grupo de mulheres teve como questão disparadora da conversa “O que o grupo de mulheres representa na minha vida”? A partir das falas vamos compondo os significados individuais e coletivos. Usamos a dinâmica da teia com barbante, cada participante pega o rolo de barbante, faz a fala e joga para outra participante, vai compondo a teia durante as falas. Neste momento identificamos a importância do grupo na vida das mulheres. Este encontro teve a presença de uma estudante de Serviço Social que fez os relatos escritos no diário de campo enquanto a autora fez o papel de facilitadora durante a dinâmica.

- b) 2º Encontro - **Redes de apoios e seus significados**. A proposta do segundo encontro foi construir as redes de apoio de cada uma das participantes. A dinâmica foi com uma caixa com perguntas sobre como se sentem em diversas situações, quais emoções se permitem a sentir, bem como, em que locais costumam buscar apoio para os desafios cotidianos e qual suporte encontram quando necessário. A caixa de pergunta passava na roda das participantes enquanto tocava uma música, quando alguém pausa a música a participante que está com a caixa tira uma pergunta, lê e responde, assim como todas podem contribuir, questionar e dialogar a respeito do assunto na roda de conversa. A roda de conversa trouxe situações com base na vivência de cada uma das participantes e relatos de quais são as referências de cuidado e reflexões acerca do apoio familiar, vizinhança, amigos e relações afetivas. Este encontro teve a presença de uma estudante de Serviço Social que fez os relatos escritos no diário de campo enquanto a autora fez o papel de facilitadora durante a dinâmica.

- c) 3º Encontro - **Avaliar para qualificar**. Iniciamos a dinâmica com base no mapa do município de São Leopoldo, cada participante recebeu uma cópia do mapa, nos quais localizamos geograficamente e vimos quais serviços da rede intersetorial cada uma delas mais usava. Também levantamos as farmácias, supermercados, padarias, fruteiras, praças e a partir desta inserção construímos a avaliação com sugestões de aprimoramento dos serviços prestados às mulheres e famílias. Na roda de conversa pudemos perceber os desafios da vida das mulheres, os direitos sociais negados e as lutas travadas no cotidiano para que as políticas públicas se efetivem. Este encontro teve a presença de uma Psicóloga mestranda em Educação da UNISINOS que fez os relatos escritos no diário de campo enquanto a autora fez o papel de facilitadora durante a dinâmica.
- d) 4º Encontro - **Celebrar a vida**. No último encontro, ocorreu a celebração final dos encontros com passeio no qual todas foram para a casa das irmãs do Cristo Ressuscitado. Ressaltamos que construímos coletivamente qual local iríamos fazer a celebração final. Cada uma das mulheres levou um prato de comida ou bebida para compartilhar com as mulheres presentes. Realizamos a dinâmica da flor de papel gessado que se abre na água. Cada uma das mulheres que compunham a roda ganhou uma flor de papel gessado fechado, dentro da flor havia um direito social representado por uma imagem. Ao pegar a flor, a participante colocava a flor na bacia de água que ficava ao meio da roda, e nisso a flor ia se abrindo aos poucos e cada uma reconhecia o direito social que sua flor apresentou, falava sobre ele e o que significava na vida dela. Neste momento muitas puderam refletir sobre seus direitos, suas capacidades e principalmente os seus desejos de vida. Ao final realizamos a avaliação dos encontros. Neste encontro os relatos escritos no diário de campo foram realizados pela autora desta pesquisa.

Dois dos encontros ocorreram em agosto e outros dois no mês de setembro de 2022. Em relação à identificação das participantes, optou-se por apresentá-las com o nome de flores, a fim de resguardar o anonimato. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) cientes da participação e dos objetivos deste trabalho, uma via em posse da pesquisadora e a outra da participante do grupo e o uso da imagem, por meio de fotografias para fins de registro acadêmico.

Durante os encontros do grupo, as anotações a respeito dos assuntos foram sendo descritas no diário de campo. Após os grupos, os dados foram analisados pela técnica de

análise de conteúdo temático na perspectiva de Minayo (2002). Esta compreende a ordenação, classificação e análise final dos dados. A ordenação dos dados inclui a transcrição das entrevistas, a releitura do material, a organização dos relatos em determinada ordem, de acordo com a proposta analítica. A classificação ocorreu a partir da leitura horizontal e exaustiva dos textos de cada entrevista. Após, foi realizada a análise e escrita final do trabalho (MINAYO, 2002).

3 REFÚGIO, IDENTIDADE E PERTENCIMENTO: ESTRATÉGIAS DE ENCONTROS PARA SOBREVIVER ÀS INTEMPÉRIES DA VIDA

O grupo de mulheres retornou às atividades no início do ano de 2021, tendo havido uma pausa dos seus encontros pela pandemia. A partir deste retorno, elas se inseriram em processos de reflexão dentro do galpão da Tenda do Encontro na Ocupação Justo, nos almoços de sábado, no cuidado com a horta, apoio às oficinas realizadas com crianças e adolescentes, na produção de bolachas e na cozinha comunitária. Os encontros ocorrem semanalmente, no turno da tarde, e têm como objetivo a proteção, o compartilhamento de experiências e reflexões sobre seu cotidiano. Muitas das mulheres do grupo atual faziam parte de oficinas do projeto Escola Aberta criado há dez anos na Escola Estadual Amadeo Rossi.

Uma das questões iniciais propostas a elas no trabalho foi: o que o grupo de mulheres representava na vida de cada uma? A partir deste primeiro encontro, pudemos delimitar significados da experiência revelados em cada encontro. Os encontros tiveram em média sete participantes ativas. Os três primeiros encontros foram realizados no galpão da Tenda do Encontro e o último na casa das Irmãs do Cristo Ressuscitado.

Muitas das mulheres apontaram que o grupo serve como apoio, um refúgio de casa, do cuidado que exercem com outros/as familiares, companheiros, filhos/as, conforme relato a seguir:

“É muito importante vir para respirar um pouco (para não matar um... risos...), estar com as mulheres, como forma de refúgio porque a gente que é mãe, esposa fica com um peso, tem que fazer mil coisas ao mesmo tempo e quando tu vê cansou, e o bom que você faz alguma atividade para ajudar a alguém e que me ajuda a se sentir bem e as gurias aqui são muito legal, na cozinha a gente conversa, se dá bem” (Orquídea).

Apontaram a sobrecarga diária, com relação ao cuidado com os/as outros/as, conforme os relatos a seguir.

“Aqui é um lugar de paz e alegria. Lugar de amizade. Calmante. Aqui a gente tira todo o estresse. Enquanto tiver saúde eu vou vir pra cá. Em casa eu me incomodo, meu marido diz que tenho que ficar em casa e tomar remédio” (Lírio).

“A gente que é dona de casa, mãe precisa de um lugar de descanso para a cabeça, precisa respirar para voltar para casa. Por vezes quem tá cansada é a mente, não o corpo” (Girassol).

Compreendemos que o ciclo da violência permeia as relações familiares, além da responsabilização da mulher pelas atividades cotidianas do lar:

A responsabilização “da família”, quando o assunto é cuidado com os filhos e idosos e o atendimento às necessidades cotidianas como a de preparação dos alimentos, por exemplo, corresponde predominantemente à responsabilização das mulheres (BIROLI, 2018, p. 40).

A necessidade do cuidado pode ser pensada como parte do cotidiano das pessoas, as formas e intensidades variam, “dependendo dos momentos da vida que estamos, como na infância e na velhice, e porque somos desigualmente vulneráveis na vida adulta, devido a condições físicas, enfermidades e fatores sociais” (BIROLI, 2018, p.53).

Percebe-se que a atenção ao processo do cuidado é voltada aos sujeitos individuais não fazendo relação direta com o coletivo. Nesta perspectiva, os sujeitos sociais são desconsiderados em sua multidimensionalidade, restringindo-se o espaço do cuidado somente da família. Tanto coletiva como individualmente não se trata de um problema passageiro: não é possível suspender a dependência do cuidado, na vida podemos ao mesmo tempo sermos cuidados e cuidadores. No entanto, o cuidado pode ser significado e organizado de diversas formas, na responsabilização do Estado, serviços, família, comunidade e sociedade (BIROLI, 2018, p. 53):

A disponibilidade e os padrões de distribuição de recursos materiais e tecnológicos, por exemplo, incidem no cuidado das crianças e nas formas de vulnerabilidade e o mesmo sofrimento podem assumir em condições de doença e na velhice. Os recursos para atender às necessidades do cuidado são, assim, um dos aspectos que determinam as diferenças nos modos como certos momentos e certas condições de vulnerabilidade são vividos pelas pessoas e nas comunidades de que fazem parte. Além disso, estamos falando de relações interpessoais, que envolvem afetos e alguma proximidade, na maior parte dos casos, independentemente de as pessoas nelas engajadas manterem ou não laços anteriores de parentesco, amor ou amizade.

Pode-se assim dizer que há acesso desigual ao cuidado, de quem cuida e de quem é cuidado. Este perpassa as dimensões das desigualdades de gênero, classe, geração e raça.

Para Biroli (2018), as mulheres negras, em especial, estão concentradas em atividades domésticas não remuneradas, e como tais, desvalorizadas e menos formalizadas.

Outro ponto levantado nas discussões foi a identidade e o pertencimento das mulheres no espaço que elas ocupam, enquanto comunidade e lideranças deste local. Compreendemos que para o desenvolvimento local e territorial no sentido de acesso às políticas públicas efetivas, com participação comunitária e de avaliações dos processos, é necessário compreender que: “[...] a dimensão local não deve ser pensada isoladamente, de um ponto de vista geográfico ou como uma instância político-administrativa de governo, mas como uma sociedade localizada e com uma identidade coletiva” (AKERMAN, 2005, p.39).

Conhecer diariamente as condições de vida nos territórios perpassa por uma análise minuciosa de ação e intervenção, pois o território não é estático, e a todo o momento movimenta-se em um movimento dialético, assim:

Um primeiro e fundamental cuidado se faz necessário ao se tratar da escala mais próxima do território, a que diz respeito ao cotidiano dos diferentes atores que circulam, residem e relacionam-se em determinados lugares: o reconhecimento de que o território expressa, ao mesmo tempo, produção e reprodução das relações socioeconômicas, políticas e culturais, presentes na sociedade que ele abriga (KOGA, 2013, p. 36).

Por isso, há necessidade de superar aquilo que é somente institucional, tradicional e setorial. É preciso escutar e incluir a comunidade nos processos decisórios e participativos, pois cada um/a sabe nomear as suas realidades cotidianas frente às desigualdades sociais. Concomitante ao que Akerman (2005, p. 39) nomeia:

[...] O local tem múltiplas facetas, pois, antes de tudo, é humano. É ali que a pluralidade dos sujeitos (alteridade) se manifesta, quando estes se envolvem em relações de conflito e cooperação e participam ativamente da construção do seu entorno. Além disso, mostram várias formas de viver e de tomar posição quanto valores e modo de agir (diversidade) o que deve ser respeitado e, sobretudo, considerado, no momento de se tomar decisões sobre o futuro das comunidades locais.

Violeta nomeia o grupo e o espaço de convivência das mulheres como uma família, no qual há desentendimentos, amor e carinho. Desta maneira, vamos percebendo a solidariedade, o sentimento de pertencimento entre os pares, conforme o relato a seguir.

“Representa para mim uma família, às vezes com desentendimentos, mas com muito amor e carinho também” (Violeta).

Para melhor entender os resultados, a seguir apresentamos uma figura para sistematizar as principais representações do grupo para cada uma das mulheres participantes.

Figura 1 - O que o grupo de mulheres representa na minha vida?



Fonte: Quadro construído pela autora a partir do diálogo do grupo de mulheres.

Conforme a Figura 1, as palavras-chave das reflexões foram: comunicação, família, cuidado, refúgio, risos, reencontro, união, lugar de descanso, luz no final do túnel, dentre outras. Observa-se que essas palavras revelam os significados do grupo em suas vidas. É um momento de saírem da rotina e do trabalho doméstico e poderem compartilhar experiências, rirem e se distraírem.

O espaço do grupo é, pois, encontro e potência. Muitas das mulheres o compreendem como único momento de cuidado consigo mesmas, pois é quando esquecem outras atividades cotidianas para conseguirem se olharem.

“Há três anos atrás estava com depressão, trancada naquele mundo. Eu estudava e aprendia muito aqui. Conheci a Cris desde o Amadeo. O grupo é uma luz no fim do túnel. Graças a Deus estou feliz e voltei a me comunicar e conversar com as pessoas. Estou feliz com as mulheres e com o povo, é um prazer estar com as gurias fazendo bolachas, fazendo comida e aprendendo. Tô conseguindo me levantar, fico triste quando não venho” (Rosa).

Por isso, o espaço coletivo de encontro passa a ser visto como produtor de saúde mental, que acolhe as mulheres em suas mais diversas demandas. Muitas dessas mulheres vivenciam situações de sofrimento em casa e com a família, atravessadas por cotidianos violentos e sofrem diretamente com as desigualdades sociais impostas. Destaca-se que não queremos romantizar este espaço coletivo, compreendemos as disputas políticas, sociais, econômicas, territorial, conflitos que atravessam o espaço de vida de cada uma delas, tanto como de suas famílias. Entretanto, mesmo com todas essas nuances, é um espaço de trocas fundamental na vida destas mulheres.

3.1 Convivialidade e produção de vínculos: esperar e valorizar a vida em comunidade

Ao longo da história, as sociedades foram submetidas a diversos processos causadores de mudanças nas relações entre os seres humanos, entre as organizações sociais que expressam suas vivências e vínculos nas diversas esferas das sociedades - na política, na economia, no social, na cultura e na educação.

As experiências que tematizam os vínculos passaram o segundo encontro com as mulheres, no qual realizamos a dinâmica da caixa de perguntas, que passava na roda das participantes enquanto a música tocava, após a participante retirava a pergunta e lia para o grupo e respondia. Várias experiências vieram à tona. Dália relatou que se sente confortável conversando com uma das irmãs do Cristo Ressuscitado que frequenta a Tenda do Encontro e faz parte do grupo de mulheres, conforme sua fala a seguir:

“Minha rede de apoio é a Cris. Quando a gente conversa com a mãe escuta conselhos que não quer ouvir, então prefere desabafar com outras pessoas, e essa pessoa é a Cris aqui na Tenda” (Dália).

Compreendemos que o vínculo acontece no dia a dia, pois:

[...] se dá, exatamente, a partir da relação que se estabelece entre as pessoas, pressupõe o entendimento do outro enquanto diferente, a existência de necessidades comuns e complementares, sendo atendidas reciprocamente através de processos de comunicação e aprendizagem. Trata-se de um tipo de relacionamento de natureza mais complexa do que um relacionamento interpessoal cotidiano (CUNHA; LEMOS, 2010, p. 19).

O vínculo é construído em relação complexa, exigente e promotor de aprendizagem mútua, além de ser um processo de crescimento e emancipação humana. Jasmim e

Orquídea relatam seus desejos de continuarem no grupo e mulheres e Dália nos informa perspectivas após o grupo:

“É muito bom estar aqui nos encontros, me sinto em casa e acolhida. Energia, amor e carinho são as palavras que descrevem os encontros. Venho pouco, mas gosto de estar envolvida” (Jasmim).

“A Cris já me conhece a tempo. To muito feliz de reencontrar esse grupo. Eu quero estar sempre aqui. Eu quero fazer parte e continuar aqui. O trabalho que essas mulheres fazem é o amor. Eu gosto muito de vocês e quero que venham mais mulheres” (Orquídea).

“Depois da roda de conversa de hoje vou fazer uma caderneta para escrever o que sinto e como eu tô” (Dália).

Destaca-se que a convivialidade gera questionamentos acerca das realidades que vivemos, do que sentimos e é notório na fala de Dália, que começou a perceber seus sentimentos e olhá-los após a dinâmica que realizamos. Figueiredo (2016, p.5), nos alerta a esta situação, “há utopia e esperança em benefício do nascimento de um futuro moldado em uma convivência humana impregnada pela partilha solidária e pela convivialidade.”

Camélia, traz a experiência da convivialidade no grupo de mulheres:

“Esse grupo representa a amizade, união, carinho e paz. Me sinto outra pessoa quando coloco meus pés para dentro daquele portão. Fico calma, tranquila. Na quinta e no sábado dedico pra mim, largo até o celular” (Camélia).

O processo vincular ocorre quando somos capazes de nos diferenciar, no sentido de explicitar as nossas necessidades e, assim, preservar a nossa identidade ao mesmo tempo em que exercitamos o descentramento e somos capazes de entender o outro na sua necessidade e na sua diferença (CUNHA; LEMOS, 2010).

O território de vivência aproxima-se, neste caso, da dimensão do lugar denominado por Santos como (2006, p. 38):

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais.

As relações sociais comunitárias exercem grande importância sob o território, elas acontecem no cotidiano e fortalecem as relações de vizinhança, amizades, cuidado,

distribuição de cestas, alimentos, roupas e a coexistência entre diferentes pessoas e grupos sociais (SANTOS, 2006).

Essas relações constroem-se em meio ao apoio social prestado pelos sujeitos moradores das comunidades. Há grande influência dos saberes populares que fortalecem os vínculos comunitários e a convivialidade e buscam alternativas coletivas para enfrentar as problemáticas locais. Notamos essas organizações nas ocupações ao qual a autora esteve presente, principalmente das mulheres líderes que exercem forte influência e comunicação na comunidade, visto as demandas de exclusão social, baixa renda e não acesso a direitos sociais básicos.

3.2 Enfrentamento às violências e garantia dos direitos das mulheres e suas famílias

Durante os encontros pudemos dialogar sobre diversas perspectivas dos direitos sociais e fomos percebendo as instâncias de garantias e não-garantias postas nas realidades de cada mulher e suas famílias.

No terceiro encontro com o grupo, fomos mapeando a rede intersetorial de serviços do município bem como, a rede externa de apoio e consumo, como por exemplo: farmácias, mercados, açougues, fruteiras, vizinhança, amigos e lideranças comunitárias.

O primeiro passo da dinâmica foi encontrar a Ocupação Justo no mapa do município de São Leopoldo. Este foi o primeiro desafio coletivo. Juntas delimitamos o espaço geográfico da Ocupação e localizamos o possível espaço que todas pertencem em meio aos bairros que já são nomeados, como também a região onde fica localizada.

O território possui diferentes dimensões. Ao analisarmos esses espaços para compreender a saúde e a doença, é fundamental observar o que ocorre nas esferas jurídico-política, ambiental, social, cultural, econômica das comunidades de ocupações urbanas. Em relação à dimensão jurídico-política, esta refere-se às condições em que aquela terra se encontra: em processo de regularização fundiária, desapropriação ou em poder do Estado ou ainda em propriedade particular. Para Correia e Ribeiro (2020), é preciso reafirmar que as comunidades de ocupações irregulares são uma questão social e não caso de polícia. As famílias dessas áreas não optaram por ocupar. Trata-se, na verdade, da única e última alternativa.

Todos esses fatores têm interferência direta no direito à moradia, que não se limita ao acesso à casa própria. Está relacionado à existência humana com dignidade e se configura pelo acesso aos direitos sociais – educação, saúde, transporte, saneamento básico, coleta de lixo, lazer, cultura, meio ambiente saudável e demais garantias fundamentais e pela

ausência de ameaça de remoção. A moradia digna também pressupõe a proteção contra incêndios, inundações, desmoronamentos, frio, calor e chuva, a prioridade de grupos específicos como mulheres, idosos e deficientes, como também o acesso ao trabalho e meios de subsistência (MONKEN; GONDIM, 2016).

Pensamos com as mulheres que frequentavam o grupo e elas informaram que o local de acesso à saúde é a UBS do território, que é o espaço no qual as famílias mais acessam. Relataram que lá conseguem fazer vacinas dos filhos, consultar e solicitar encaminhamentos para especialidades, bem como, renovar receitas. Quando alguém da família adoece e precisa com urgência, ou a demanda por saúde ocorre aos finais de semana, buscam a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Scharlau, ou o Hospital Centenário. Juntas retomamos as especificidades de cada serviço de saúde e suas complexidades.

Já os serviços da Política de Assistência Social mais acessados são o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS Centro é o de referência da Ocupação Justo, fica a cerca de cinco quilômetros de distância. Muitas famílias fazem esse percurso a pé, visto a dificuldade de pagar o transporte público. Elas usam este serviço para fazer o cadastro único, atualizar, receber cesta básica quando tem disponível.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), do qual conhecem é o Instituto Educacional Espírita (IEDE), uma das mães diz que o filho frequenta o espaço e se sente acolhida conforme relato:

“Esses dias a psicóloga do IEDE teve lá em casa. Ela queria saber por que o Yuri tava triste, cabeça baixa e ela tava procurando saber o porquê dessa tristeza. Mas nem eu sabia o porquê, geralmente ele é mais quieto. Depois conversei com ele para entender, ele disse que eu tava pedindo muita coisa pra ele fazer em casa e que ele tava sobrecarregado” (Camélia).

O SCFV tem como objetivo: “fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva” (BRASIL, 2022). Camélia percebe que consegue contato fácil com o serviço e eles são atenciosos nas demandas com o filho além dele se sentir bem nas atividades propostas.

As escolas, assim como os demais equipamentos e serviços garantidores de direitos, ficam nos bairros ao redor da Ocupação Justo, inviabilizando, por vezes, a ida das crianças e dos adolescentes nos espaços escolares da qual precisa de ônibus para deslocamento,

pois ficam nos bairros São João Batista, Jardim América, São Borja ou até mesmo no Centro da cidade, pois são as escolas que possuem vagas disponíveis.

“Sempre falta vaga para matricular as crianças aqui nas escolas perto da Ocupação, daí matriculam para escolas muito longe, uns ficam matriculados lá no centro” (Dália).

Algumas escolas não têm transporte disponibilizado pela prefeitura. Dália relata que já fez abaixo assinado para que pudesse ter ônibus para essa escola, mas não obteve retorno.

“Já fizemos um abaixo assinado aqui na Ocupação, mas não adiantou, já mandei até whats lá pra prefeitura” (Dália).

Ela leva a filha para escola junto com outras quatro mães que vão se encontrando pelas ruas da Ocupação tanto para ir quanto para vir da escola. Juntas se sentem mais seguras e encontraram no coletivo uma forma de se cuidarem, visto que saem cedo para percorrer o caminho até a escola e depois buscar os/as filhos/as.

Há ainda problemas de mobilidade e deslocamento, e faltam condições dignas de alimentação. Santos (2006) aponta que nos territórios de vulnerabilidade social podemos observar ainda os limites de mobilidade, quando o cidadão não consegue nem circular no seu território e nem no território chamado cidade.

Sobre as padarias, todas as famílias acessam as que ficam fora ou ao redor da Ocupação Justo, pois dentro do território não existe nenhuma. As mulheres trouxeram o relato de que os produtos vendidos muitas vezes são vencidos, assim, todas sempre ficavam atentas às validades. Em relação às condições de higiene, estas não são tão favoráveis. A fala de Azaleia expressa as dificuldades.

“Meu genro comprou um pastel na padaria que tinha uma mosca dentro do recheio, coisa mais nojenta! (Azaleia)”

Assim, entende-se que as violações de direitos se desmistificam em diversas formas de não cuidado, principalmente no que diz respeito a condições sanitárias desses espaços que fabricam alimentos para vender, do qual o Sistema Único de Saúde (SUS) também tem o compromisso de fiscalizar, orientar por meio da Vigilância Sanitária. Azaleia reforça:

“Não é por ser pobre que temos que comer qualquer coisa. Nosso dinheiro também vale” (Azaleia).

Quando pensamos na promoção dos direitos de cidadania compreendemos que há a necessidade de universalizar os direitos humanos para toda a população. Aqui se destaca, em especial, as mulheres e suas famílias, que são portadoras dos direitos civis, políticos e econômicos. Por meio da Constituição Federal de 1988, foi possível reconhecer o que são direitos sociais, e desmistificar perante a lei esta realidade, conforme indica o Art. 6º (BRASIL, 2016):

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Com relação aos direitos de espaços de esporte e lazer dentro da comunidade, a Tenda do Encontro é um local para as mulheres e filho/as, do qual praticam atividades físicas, esportes, brincadeiras, oficinas de reforço, culinária, grafite, encontros da família e outros. Já a praça do bairro, que fica no entorno da ocupação, é um espaço de violência urbana deflagrada. Atualmente, há a presença do tráfico ali por perto, o que deixa as famílias receosas de irem e sofrerem revista policial ou serem vítimas de uma situação mais delicada. Segundo Dália, o companheiro já foi abordado quando estava com a filha de quatro anos brincando na pracinha.

Por fim, no quarto encontro, final dos encontros aqui apresentados, optamos por confraternizar e dar continuidade na conversa sobre os direitos sociais que queremos para nossas vidas e a para as vidas de filhos/as, famílias, amigos/as, vizinhos/as e todos/as aqueles/as que compõem a vida em comunidade.

A dinâmica realizada foi a de flores em papel gessado que colocadas sob a água se abrem. Dentro de cada flor havia um direito social ou a representatividade deste direito por meio de uma imagem. Cada uma das participantes recebeu uma flor para colocar sob a água e aguardar desabrochar. As imagens abertas foram as seguintes: renda, esporte, lazer, família, saúde, segurança alimentar, trabalho, transporte, cuidado com a vida, amor, sol.

Esta dinâmica promoveu importantes reflexões no grupo. Muitas puderam trazer os desejos que tinham para seu futuro, conforme a fala a seguir.

“Fiquei muito feliz, saiu a imagem do dinheiro pra mim, um cifrão, e eu estou me organizando para vender crepes, já comprei a máquina e comecei fazer os testes é uma forma de ter um dinheirinho. Só que tem a situação da luz pra arrumar, porque é muito fraca” (Dália).

Realidades e desejos das mulheres terem sua própria renda, e a questão da energia elétrica irregular que pode danificar os eletrodomésticos devido à instabilidade na rede foram algumas das questões levantadas. Dália e seu companheiro estão verificando junto a Prefeitura Municipal e empresa de energia do município. O desafio da energia elétrica diz respeito a todos/as os/as moradores das ocupações do município.

As mulheres reforçaram o direito a continuarem cuidando da saúde mental em grupo, e de continuarem se encontrando e compartilhando vivências. Os destaques também trouxeram a confiança como importante discussão, pois todas as falas são acolhidas e respeitadas.

Ao final da dinâmica sobre os direitos, realizamos a avaliação do processo dos quatro encontros. Iniciamos com algumas frases para que elas pudessem concluir:

1. Que bom que...
2. Que pena que...

As avaliações tiveram retornos positivos, o quanto cada uma das mulheres puderam falar, se escutar e se expressar. Momentos de diversão e riso. Lanches e chás foram uma acolhida importante também.

Propuseram a continuidade nos encontros, e que a autora do trabalho retornasse com os momentos grupais e com as dinâmicas norteadoras voltadas para a saúde mental e cuidado com a vida das mulheres.

Deste modo, os processos de avaliação das políticas públicas é conteúdo da vida cotidiana das mulheres envolvidas neste processo. A trajetória percorrida nesta pesquisa mostrou a relevância da convivialidade e organização dos movimentos sociais, e das histórias e envolvimento coletivos na Ocupação Justo. Essas se organizam a partir de uma identidade coletiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as narrativas e análises realizadas, evidenciamos o quanto o coletivo de mulheres resiste aos impactos da vida em sociedade, considerando os recortes de gênero, raça, classe e geração a condição de mulher na sociedade contemporânea.

Os espaços grupais são formas de manter o cuidado em saúde mental, por meio da convivialidade, vínculo, diálogo, aprendizado e de partilhar a vida em comunidade. As reflexões propostas por esta experiência de trabalho, convoca os serviços de saúde, profissionais, gestores das políticas públicas a pensarem e refletirem acerca das ações de base territorial que compreendem a vida de um outro lugar, a vida como ela é.

A pesquisa também tornou evidente que há necessidade de as políticas públicas serem pensadas como um todo e estarem mais próximas das comunidades e dos territórios,

pensando-se em ações programáticas e intersetoriais. Isto pode subsidiar as ações e encontrar novos elementos a partir da participação social comunitária nos processos de controle social.

Neste sentido, renda, trabalho, cultura, esporte, lazer, religião, rede de proteção socioinstitucional, acesso a transporte, apoio familiar e comunitário são fatores que quando presentes e garantidos contribuem nas relações de cuidado em saúde mental e vínculo. Reavaliemos e evidenciamos que o cuidado na saúde está para além do exercício comum dos profissionais. Ele sempre está se referindo a alguém, a outro/a, que podemos reconhecer como uma vida/sujeito. Quem dá sentido ao cuidado em saúde é o sujeito, é aquele que permeia os serviços de saúde. Produção de conversa, escuta qualificada, empatia, construção de vínculo, consideração e respeito ao que o outro fala são processos fundamentais a serem desencadeados (MERHY, 2020).

As vivências advindas a partir do território possibilitam diferentes encontros com a realidade social de cada sujeito em sua construção, que é histórica, social, cultural e humana. O período da Residência Multidisciplinar possibilitou o reencontro com as possibilidades de vida, de crianças, adolescentes, mulheres, homens e famílias diante do ser e fazer enquanto Assistente Social e pesquisadora, evidenciando que esta categoria profissional faz a diferença nos territórios em que atua. Para cada narrativa, é necessário um olhar atento e a escuta qualificada. Francisco (2018, p. 2) refere que: “A identificação do território, a partir das narrativas locais, possibilita analisar e conhecer as representações gráficas dos diferentes espaços para além de uma direção única da construção da representação da realidade”.

Ao trazermos relatos das comunidades de ocupações urbanas que compõem os elementos deste trabalho, vemos que a política de saúde não atende especificamente as populações deste território por não abrangerem a área de saúde das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Já a saúde mental em especial, não se conecta diretamente ao território como deveria, os profissionais permanecem “encapsulados”, dentro dos CAPS, solicitando que os usuários/as se dirijam às sedes centrais das instituições para atendimentos. Portanto, percebemos desafios a serem superados, principalmente na rede de saúde municipal, mas também a nível estadual e federal, pois o SUS perpassa todas as barreiras geográficas do país em que vivemos e é por ele que lutamos todos os dias.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, Marco. **Saúde e desenvolvimento local**: princípios, conceitos, prática e cooperação técnica. São Paulo: Hucitec, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Senado Federal: Brasília, 2016. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf
Acesso em 04 nov. 2022.

BRASIL. **Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Ministério da Cidadania: Brasília, 2022. Disponível em:
<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acesso em 09 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRAVO, Maria Inês de Sousa; MATOS, Maurílio Castro de. Reforma sanitária e projeto ético-político do Serviço Social: elementos para o debate. *In*: BRAVO, Maria Inês Souza; VASCONCELOS, Ana Maria de; GAMA, Andréa de Sousa; MONNERAT, Giselle Lavinias (org.). **Saúde e Serviço social**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p. 25-47.

CAMPOS, Gastão W. de Sousa. Considerações sobre a arte e a ciência da mudança: revolução das coisas e reforma das pessoas. O caso da saúde. *In*: CECILIO, Luiz Carlos de Oliveira (org.) **Inventando a mudança na saúde**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2006. p. 29-87.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa**: experiência e história em pesquisa qualitativa. 2. ed. Tradução do Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2015.

COELHO, Edméia de Almeida Cardoso; FONSECA, Rosa Maria G. Serpa da. Pensando o cuidado na relação dialética entre sujeitos sociais. **Revista Brasileira de Enfermagem (REBen)**, [s. l.], v. 58, n. 2, p. 214-217, mar./abr. 2005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/reben/a/9tS7nTM6Yyn7ks7F6Y9Hh8q/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social; Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para Atuação do Assistente Social na Saúde**. Brasília, DF: CFESS, 2020. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atualizacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em: 28 maio 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Residência em Saúde e Serviço Social: subsídios para reflexão**. Brasília, DF: CFESS, 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-BrochuraResidenciaSaude.pdf>. Acesso em: 29 maio 2022.

CORREIA, Alice Dandara Assis; RIBEIRO, Daisy. **Guia prático de enfrentamento ao despejo**. Rio de Janeiro: Observatórios das Metrôpoles, 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/guia-pratico-de-enfrentamento-ao-despejo/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

CUNHA, Carlos H. L.; LEMOS, Denise V. da S. **Grupos: o poder da construção coletiva**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo, Boitempo, 2017.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Por uma cartografia do cuidado em saúde mental: repensando a micropolítica do processo de trabalho do cuidar em instituições. In: BRAVO, Maria Inês Souza; VASCONCELOS, Ana Maria de; GAMA, Andréa de Sousa; MONNERAT, Giselle Lavinias (org.). **Saúde e Serviço Social**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p. 150-164.

FIGUEIREDO, José Wnilson. **Por uma pedagogia da convivialidade**. Anais III Congresso Nacional de Educação. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/21982> Acesso em: 19 out 2022.

FRANCISCO, Eliana Aparecida. **Importância das narrativas na construção da cartografia do território**. Anais do XVI ENPESS: Vitória, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. Livro Eletrônico. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5!\]/4](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5!]/4). Acesso em: 28 jun 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9ª Ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2015.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Ed. Kindler. Boitempo, 2015.

KOGA, Dirce. **Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais**. Artigo debatido no I Seminário Nacional – Gestão de Políticas Sociais e Território – no âmbito do Projeto Procad – Universidade Estadual de Londrina: Curitiba, 2013.

MERHY, Emerson Elias. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo em ato**. São Paulo: Hucitec, 2007.

MERHY, Emerson Elias. **Tecnologias de Cuidado**. 20 out. 2020. 1 vídeo (20min 42 s). Publicado pelo Canal TV Rede Unida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IXQZMvM-HU4>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONKEN, Maurício; GONDIM, Grácia Maria de Miranda. Território: lugar onde a vida acontece. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/cad_texto_edpopsus.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022. *In*: BORNSTEIN, Vera Joana (org.). **Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde: textos de apoio**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2016, p. 109-112.

PAIVA, V. L. M. O. **A Pesquisa Narrativa: uma introdução**. Rev. bras. linguist. apl. 8 (2): 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-63982008000200001>. Acesso em: 14 nov 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Ângela Maria Pereira da. **Instrumentalidade e instrumentais técnicos do Serviço Social**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

STEPHENS, J. **Language and ideology in children's literature**. New York: Longman Publishing, 1992.

THORNICROFT, Graham. TANSELLA, Michele. **Boas práticas em saúde mental comunitária**. Editora Manole, 2010. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minha.biblioteca.com.br/reader/books/9788520442944/pageid/48>. Acesso em: 13 mar. 2022.

TOLEDO, L. A.; SHIAISHI, G. F. Estudo de casos em pesquisas exploratórias qualitativas: um ensaio para a proposta de um protocolo de estudo de caso. **Rev. FAE**, Curitiba, v.12, n.1, p.103-119, jan./jun. 2009.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.); ROSA, Lúcia Cristina dos Santos; PEREIRA, Ivana Carla Garcia; BISNETO; José Augusto; **Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.